

**mapear para existir:
cartografia social, territorialidades e bem viver na amazônia**

**mapear para existir:
cartografía social, territorialidades y buen vivir en la amazonía**

Livia Victória Warol Carneiro
Graduanda em Geografia
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Viçosa, MG

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-1435-5936>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.20170989>

Resumo Este artigo apresenta o debate sobre a cartografia social como prática política, educativa e territorial vinculada à noção de *Bem Viver*. Parte-se da crítica à cartografia tradicional, historicamente associada a projetos coloniais de controle e à produção do “vazio demográfico”, para compreender os mapas produzidos por povos indígenas e comunidades quilombolas como instrumentos de resistência. Metodologicamente, articula-se uma revisão bibliográfica dos referenciais de Antônio Bispo dos Santos, Ailton Krenak e Daniel Munduruku à análise interpretativa de experiências em Jamari, Alcântara e Cachoeira Porteira. Conclui-se que o mapeamento de saberes e ancestralidades constitui uma governança territorial orientada à reprodução da vida e ao enfrentamento da colonialidade do espaço.

Palavras-chave: (1) Cartografia social; (2) Territorialidades tradicionais; (3) Colonialidade do espaço; (4) Povos indígenas e quilombolas; (5) Bem viver.

Resumen Este artículo presenta el debate sobre la cartografía social como práctica política, educativa y territorial vinculada a la noción de *Buen Vivir* en la Amazonía. Se parte de la crítica a la cartografía tradicional, asociada a proyectos coloniales y a la producción del “vacío demográfico”, para comprender los mapas de pueblos indígenas y comunidades quilombolas como instrumentos de resistencia. Metodológicamente, se articula una revisión bibliográfica de Antônio Bispo dos Santos, Ailton Krenak y Daniel Munduruku con el análisis de experiencias en Jamari, Alcântara y Cachoeira Porteira. Se concluye que el mapeo de saberes y ancestralidades constituye una gobernanza territorial orientada a la reproducción de la vida y al enfrentamiento de la colonialidad del espacio.

Palabras clave: (1) Cartografía social; (2) Territorialidades tradicionales; (3) Colonialidad del espacio; (4) Pueblos indígenas y quilombolas; (5) Buen vivir.

Introdução

A produção cartográfica ocupa um lugar central na constituição do Estado moderno e de seus dispositivos de ordenamento territorial. Desde sua consolidação como saber técnico-científico, a cartografia esteve profundamente vinculada a projetos de poder, operando como instrumento de classificação, mensuração e controle do espaço e das populações. No contexto colonial latino-americano, mapas desempenharam papel decisivo na legitimação da expropriação de terras, na imposição de fronteiras artificiais e na subordinação de povos indígenas e comunidades tradicionais, frequentemente representados como ausentes ou residuais no território.

Longe de ser uma técnica neutra, a cartografia tradicional contribuiu para a produção do que a literatura crítica denomina “vazio demográfico”, apagando presenças históricas e desconsiderando formas de ocupação que não se enquadravam nos critérios jurídicos e econômicos do Estado moderno. Esse processo não apenas invisibilizou territorialidades tradicionais, como também sustentou políticas de colonização, deslocamentos compulsórios e grandes projetos de desenvolvimento, cujos efeitos seguem incidindo sobre os territórios amazônicos contemporâneos.

Nas últimas décadas, contudo, emergem práticas cartográficas que tensionam esse legado colonial. A cartografia social, desenvolvida em processos participativos junto a povos indígenas, comunidades quilombolas e outros grupos tradicionais, reconfigura o mapa como linguagem política, pedagógica e territorial. Nessas experiências, o ato de mapear não se limita à representação espacial, mas se articula à afirmação identitária, à produção de memória coletiva e à reivindicação de direitos. Os mapas passam a narrar modos de vida, usos do território, relações espirituais e sistemas próprios de classificação espacial, historicamente silenciados pelas cartografias oficiais.

O problema central que orienta este artigo reside, portanto, na tensão entre a gestão colonial do espaço - ainda presente nos dispositivos estatais de ordenamento territorial - e as racionalidades territoriais tradicionais, que compreendem o território como condição de existência coletiva. Parte-se da hipótese de que o mapeamento participativo, ao expressar memórias, cosmologias e relações socioambientais específicas, fundamenta uma ética territorial orientada à reprodução da vida, convergente com a noção de *Bem Viver* (*Sumak Kawsay*). Tal ética se opõe à lógica da mercantilização da terra e à separação moderna entre sociedade e natureza.

O objetivo do artigo é analisar a cartografia social e indígena como prática política, educativa e territorial, evidenciando como essas experiências produzem outras racionalidades espaciais e contribuem para a construção de territórios do *Bem Viver*. Busca-se compreender de que maneira os mapas sociais atuam como instrumentos de resistência,

governança territorial e visibilização de ontologias que desafiam os pressupostos coloniais do planejamento estatal.

Metodologicamente, o estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica crítica sobre cartografia, colonialidade do espaço, territorialidades tradicionais e *Bem Viver*, articulada à análise interpretativa de dados secundários produzidos pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e por estudos acadêmicos correlatos. A metodologia adotada não corresponde a uma etnografia de campo clássica, mas a uma leitura crítica de mapas sociais, relatórios técnicos e produções acadêmicas, permitindo articular teoria e empiria sem engessar a análise em procedimentos rígidos. Essa escolha respeita a natureza coletiva, situada e política das experiências de cartografia social analisadas, evitando generalizações indevidas.

A estrutura do artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, discute-se a relação entre cartografia, poder e colonialidade do espaço. Em seguida, apresenta-se a fundamentação contra-colonial da cartografia social, dialogando com as contribuições de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo), Ailton Krenak e Daniel Munduruku. Posteriormente, analisam-se experiências amazônicas de cartografia social nos contextos de Jamari, Alcântara e Cachoeira Porteira. Por fim, articula-se o mapeamento participativo à noção de governança territorial orientada pelo *Bem Viver*, destacando seus limites, conflitos e potencialidades.

Cartografia e colonialidade do espaço: o mito do vazio demográfico

A cartografia moderna consolidou-se como um dos principais dispositivos de produção do espaço no contexto da expansão colonial europeia, articulando conhecimento técnico, poder estatal e interesses econômicos. Ao transformar o território em superfície abstrata, mensurável e passível de ordenamento, o mapa passou a operar como ferramenta central na administração colonial e na consolidação do Estado moderno. Como destaca Almeida (2013a), esse processo esteve profundamente associado à imposição de regimes jurídicos e econômicos que redefiniram o sentido da terra, convertendo-a em objeto de apropriação e exploração.

Nesse contexto, a noção de “vazio demográfico” desempenhou papel estratégico. Trata-se de uma ficção político-jurídica que representou territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas e comunidades quilombolas como espaços vazios, subutilizados ou improdutivos, legitimando sua apropriação pelo Estado e pelo capital. Essa narrativa não apenas apagou presenças humanas, como também desconsiderou as relações históricas entre comunidades, ambientes e sistemas de conhecimento, invisibilizando formas de uso da terra baseadas na coletividade, na mobilidade e na interdependência ecológica.

Na Amazônia, essa lógica foi reforçada por projetos desenvolvimentistas que passaram a tratar a floresta como fronteira a ser integrada à economia nacional e global. Grandes obras de infraestrutura, políticas de colonização dirigida e incentivos à exploração de recursos naturais foram orientados por representações cartográficas que desconsideravam as territorialidades existentes (MARIN 2010). A cartografia oficial, nesse sentido, não apenas representou o espaço amazônico, mas contribuiu ativamente para sua reorganização material, orientando processos contínuos de desterritorialização e conflito (ALMEIDA 2013b).

Importa destacar que essa colonialidade do espaço não se encerrou com o fim do colonialismo formal. Ela persiste por meio de dispositivos técnicos, jurídicos e institucionais que privilegiam a propriedade privada, as fronteiras fixas e a lógica da produtividade econômica. O planejamento territorial estatal, ancorado em mapas técnicos e critérios homogêneos de uso do solo, tende a reproduzir essas racionalidades, relegando as territorialidades tradicionais a zonas de invisibilidade ou irregularidade.

A crítica de Ailton Krenak contribui para aprofundar essa análise ao evidenciar o caráter ontológico dessa separação. Para o autor, a colonialidade deriva de uma concepção restritiva de “humanidade”, que exclui aqueles que mantêm vínculos profundos com a terra, os rios e as montanhas. Sob o pretexto do desenvolvimento, instituições modernas - como universidades, agências multilaterais e órgãos estatais - frequentemente legitimam processos de expropriação que rompem laços ancestrais e produzem o que Krenak denomina uma alienação da memória e do pertencimento territorial. Essa concepção sustenta uma gestão territorial que reconhece como plenamente humanos apenas determinados sujeitos, relegando os demais a uma condição de exterioridade política e ontológica. A cartografia tradicional, ao operar dentro dessa lógica, torna-se parte integrante desse processo de desposseção.

A crítica de Ailton Krenak ao chamado “clube da humanidade” evidencia como a modernidade instituiu um critério restritivo de pertencimento ao mundo humano. Neste enquadramento, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais são frequentemente posicionados fora desse “clube”, tendo seus territórios tratados como estoques de recursos disponíveis à exploração. A cartografia oficial participa desse processo ao desenhar o espaço prioritariamente para os sujeitos reconhecidos como cidadãos-consumidores, naturalizando a expropriação de territórios considerados externos à humanidade normativa (KRENAK 2019).

É a partir desse quadro que se torna possível compreender a emergência de práticas cartográficas alternativas, capazes de questionar os pressupostos coloniais do ordenamento espacial e de afirmar outras racionalidades territoriais.

Cartografia social e perspectivas contra-coloniais no território

A cartografia social surge como resposta às violências epistemológicas e materiais produzidas pela cartografia hegemônica, especialmente em contextos marcados por conflitos territoriais e negação de direitos coletivos. Desenvolvida a partir de processos participativos, ela se orienta pela valorização dos saberes locais, da memória coletiva e da auto-identificação dos grupos envolvidos. O mapeamento deixa de ser um ato técnico externo e passa a integrar processos de organização política, reflexão coletiva e afirmação territorial.

Sob a ótica de Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nêgo Bispo, a luta territorial deve ser compreendida como prática contra-colonial. Para o autor, o colonialismo não se restringe à ocupação física da terra, mas opera como um processo contínuo de “adestramento”, que busca desterritorializar os povos atacados ao quebrar suas identidades, cosmologias e formas próprias de relação com o mundo. A contra-colonialidade, nesse sentido, consiste na afirmação de modos de existência que recusam essa ruptura, sustentando relações de pertencimento baseadas no uso comum da terra, na ancestralidade e na biointeração.

Nêgo Bispo propõe o conceito de “confluência” para expressar essas formas de organização territorial. Tal como formulado por Nêgo Bispo, conceito de *confluência* desafia a linearidade e a fixidez do pensamento territorial moderno. Enquanto a cartografia estatal tende a operar por meio de limites rígidos e demarcações estáticas, a confluência remete a um território de fluxos, encontros e sobreposições, semelhante ao curso dos rios que se encontram sem perder sua singularidade. Trata-se de uma racionalidade territorial relacional, incompatível com a lógica da fragmentação espacial colonial (BISPO DOS SANTOS 2015).

Essa concepção rompe com a ideia de território como superfície fixa e delimitada, típica do pensamento cartográfico ocidental. A *confluência* não pressupõe homogeneidade, mas coexistência: o território é concebido como espaço de compartilhamento, onde diferentes seres - humanos e não-humanos - se envolvem organicamente com a terra. Quando incorporada à cartografia social, essa perspectiva desloca o mapa de um instrumento de delimitação para um dispositivo de afirmação de relações, usos e sentidos que escapam à lógica da propriedade privada e da fragmentação espacial.

Ailton Krenak aprofunda essa crítica ao denunciar a separação moderna entre natureza e sociedade como um dos pilares da colonialidade. Para o autor, o território não é um “recurso” a ser explorado, mas um ser vivo com o qual se estabelecem relações de parentesco. Ao afirmar que rios, montanhas e florestas possuem agência e memória - como no caso do Rio Doce (*Watu*), tratado como um avô ferido pela mineração - Krenak tensiona radicalmente os pressupostos da racionalidade cartográfica moderna. Nessa perspectiva, a cartografia social deixa de ser um registro de

coordenadas para se tornar a inscrição de uma relação ética e ontológica com o cosmos.

Complementarmente, Daniel Munduruku enfatiza o papel da memória, da educação e da oralidade na transmissão dos saberes territoriais indígenas. Em suas reflexões, o território é compreendido como um espaço repleto de sinais, marcas e narrativas - inscrições em pedras, caminhos ancestrais, lugares de memória - que funcionam como mapas vivos orientadores da existência coletiva. A destruição desses sinais, promovida pela colonialidade, equivale à tentativa de apagar os caminhos que conduzem à continuidade cultural.

Nesse sentido, a cartografia social pode ser compreendida como uma pedagogia do território. O ato de mapear envolve caminhar, narrar, escutar e lembrar, transformando-se em exercício coletivo de aprendizado e resistência. Como destaca Munduruku (2018), a transmissão de saberes indígenas ocorre fundamentalmente por meio da experiência compartilhada e da memória oral. Os processos de mapeamento participativo, ao articular essas dimensões, produzem continuidade histórica, fortalecem identidades coletivas e confrontam os “fantasmas” coloniais que insistem em negar a legitimidade dos modos tradicionais de habitar o espaço.

Experiências de cartografia social na Amazônia

Embora o foco analítico deste artigo esteja voltado à cartografia social indígena, optou-se por incluir experiências desenvolvidas por comunidades quilombolas na Amazônia. Tal escolha fundamenta-se na compreensão de que a cartografia social constitui uma prática transversal aos povos e comunidades tradicionais, que compartilham enfrentamentos frente à colonialidade do espaço, ainda que expressem territorialidades distintas.

No quilombo de Jamari, por exemplo, os mapas produzidos no âmbito do PNCSA evidenciam não apenas a ocupação do território, mas as estratégias de reprodução da vida, conforme descrito nos relatórios de mapeamento participativo (ALMEIDA 2013b). O uso do óleo de copaíba, amplamente registrado nos mapeamentos, aparece como prática econômica, medicinal e simbólica, articulando saberes tradicionais e resistência à dependência de mercados externos. Ao inscrever essas práticas no mapa, a comunidade afirma a legitimidade de seus modos de uso da terra frente às tentativas de deslegitimação fundiária.

Em Cachoeira Porteira, a cartografia social registra sistemas locais de classificação do espaço, como “baixões”, “serras” e “gerais”, que expressam racionalidades territoriais próprias e historicamente desconsideradas pelo planejamento estatal (ALMEIDA 2013a; MARIN 2010). Essas categorias não são meras descrições do relevo, mas sínteses de conhecimentos acumulados ao longo de gerações sobre solos, regimes de

água, ciclos de uso e mobilidade sazonal. Os “baixões”, por exemplo, articulam fertilidade do solo e proximidade com cursos d’água; as “serras” remetem a áreas de proteção, circulação e referência simbólica; enquanto os “gerais” indicam espaços de uso comum, associados à coleta, à caça e ao trânsito comunitário.

Ao serem incorporadas aos mapas sociais, essas classificações confrontam diretamente os critérios técnicos da cartografia estatal, que tende a homogeneizar o espaço em zonas fixas de uso e propriedade. O mapeamento torna visível uma racionalidade territorial relacional, baseada no uso compartilhado, na adaptabilidade ecológica e no conhecimento situado, desafiando modelos de planejamento que ignoram a complexidade socioambiental dos territórios tradicionais.

O caso de Alcântara revela de forma particularmente aguda os conflitos entre projetos estatais e territorialidades tradicionais, amplamente analisados na literatura sobre cartografia social e conflitos fundiários (SEREJO 2018; ALMEIDA 2013b). A implementação do Centro de Lançamento de Alcântara, desde a década de 1980, produziu sucessivos processos de deslocamento compulsório de comunidades quilombolas, reorganizando o território segundo interesses estratégicos e militares. Mais recentemente, o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) reacendeu tensões ao ampliar as possibilidades de uso da base, intensificando a insegurança territorial das comunidades locais.

Nesse contexto, os mapas sociais elaborados em Alcântara tornam visíveis áreas de moradia, cultivo, circulação cotidiana e lugares sagrados diretamente impactados pelos projetos estatais. Ao registrar trajetos, roças, cemitérios, capelas e espaços de memória coletiva, o mapeamento revela a profundidade da relação das comunidades com o território e explicita os efeitos materiais e simbólicos das políticas de deslocamento. Assim, a cartografia social funciona como instrumento de denúncia, mas também como meio de reivindicação de direitos territoriais, ao produzir provas cartográficas que contestam a narrativa oficial de uso estratégico e vazio populacional.

Essas experiências demonstram que a cartografia social atua como mediadora nas disputas territoriais, não no sentido técnico, mas político. Ao articular narrativas, memórias e usos do território, os mapas fortalecem a capacidade de ação coletiva e ampliam as possibilidades de interlocução com instâncias jurídicas e administrativas. Além disso, os processos de elaboração coletiva dos mapas - que envolvem assembleias, caminhadas territoriais, debates intergeracionais e a rememoração de eventos de violência e resistência - configuram-se como momentos pedagógicos fundamentais. Neles, o território é continuamente reinterpretado, reforçando vínculos comunitários e produzindo consensos mínimos sobre os sentidos do espaço, mesmo em contextos marcados por conflitos internos e pressões externas.

Cartografia social, Bem Viver e governança territorial

O conceito de *Bem Viver* (*Sumak Kawsay*), formulado a partir de cosmovisões indígenas andinas e amplamente apropriado por debates latino-americanos críticos, propõe uma ética que privilegia a reprodução da vida em sua pluralidade, em oposição à lógica da acumulação capitalista. Diferentemente das concepções modernas de desenvolvimento, o bem viver não se orienta pela maximização do crescimento econômico, mas pelo equilíbrio entre coletividade, território e espiritualidade. Nesse sentido, a cartografia social constitui uma expressão concreta dessa racionalidade ao tornar visíveis dimensões do território sistematicamente ignoradas pelo planejamento estatal, como lugares sagrados, referências espirituais, áreas de uso comum e relações simbólicas com rios, florestas e animais.

Ao mapear “lugares de encanto”, áreas de ancestralidade e trajetórias coletivas, os mapas sociais revelam formas próprias de governança territorial baseadas no cuidado, na reciprocidade e no respeito aos seres não-humanos. Esses elementos não figuram como adornos culturais, mas como componentes centrais da organização da vida coletiva. A governança, nesses contextos, não se expressa prioritariamente por normas escritas ou instâncias burocráticas, mas por práticas cotidianas de manejo, partilha e decisão comunitária.

Conforme Antônio Bispo dos Santos, essa forma de governança se afasta da “política” colonial - entendida como administração da vida alheia e imposição de regras externas - e se aproxima da autogestão territorial. Nos territórios tradicionais, a gestão ocorre nos mutirões, nas festas, nas roças e nos rituais, espaços em que a confluência de saberes regula o uso da terra e estabelece limites éticos à exploração dos bens comuns. A máxima de que a terra deve dar “o que ela pode e o que a gente merece” sintetiza uma racionalidade que reconhece a agência do território e recusa sua exaustão sistemática.

A afirmação de que “a terra dá e a terra quer” sintetiza o princípio da biointeração proposto por Nêgo Bispo. Nessa perspectiva, o território não é compreendido como fonte ilimitada de extração, mas como um ente relacional, cujas possibilidades de uso estão condicionadas ao cuidado e à reciprocidade. O mapeamento social, nesse contexto, não serve à expropriação, mas à compreensão dos limites e necessidades da vida coletiva, distinguindo-se da lógica da acumulação e do desperdício que orienta os modelos urbanos-industriais hegemônicos (BISPO DOS SANTOS 2015). A cartografia social, ao registrar esses usos e sentidos, fortalece essa autogestão ao traduzi-la em linguagem politicamente legível nos campos jurídico e institucional.

A perspectiva de Ailton Krenak aprofunda essa articulação ao conceber o território como entidade viva e relacional. Para o autor, rios, montanhas e florestas não são recursos, mas parentes, e a ruptura dessas

relações constitui uma forma de violência ontológica. Essa leitura não ignora os conflitos materiais e as assimetrias de poder que atravessam os territórios tradicionais; ao contrário, permite compreendê-los como expressão do choque entre racionalidades incompatíveis: uma orientada pela continuidade da vida e outra pela mercantilização do espaço (KRENAK 2019). Nesse embate, a cartografia social atua como instrumento de tradução e resistência, tornando visíveis valores que não cabem nos parâmetros técnicos do planejamento convencional.

Entretanto, é fundamental reconhecer que essas práticas não se desenvolvem em contextos de harmonia idealizada. Os territórios tradicionais são atravessados por conflitos internos, disputas de sentido e tensões geracionais, especialmente sob a pressão de políticas estatais, do mercado e de processos de “adestramento” escolar e jurídico que buscam substituir a oralidade, a memória e o uso comum pela escrituração colonial e pela individualização da terra.

A potência da cartografia social reside justamente em criar espaços coletivos de negociação desses conflitos, produzindo consensos mínimos que garantam a continuidade da existência coletiva sem apagar as diferenças internas.

Considerações finais

O debate apresentado neste artigo permite entender que a cartografia social constitui uma prática política e educativa capaz de tensionar os fundamentos coloniais da gestão do espaço. Ao se contrapor à cartografia hegemônica, que historicamente sustentou a ficção do “vazio demográfico” e legitimou processos de expropriação, o mapeamento participativo afirma outras racionalidades territoriais baseadas na memória, na ancestralidade e no uso comum da terra.

A articulação dos referenciais de Antônio Bispo dos Santos, Ailton Krenak e Daniel Munduruku permite compreender que o mapa social não é um fim em si mesmo, nem um simples instrumento técnico de representação espacial. Trata-se de um dispositivo de luta, no qual se inscrevem cosmologias, narrativas e formas de governança que desafiam a separação moderna entre natureza e sociedade. Ao registrar caminhos, lugares de memória e relações espirituais com o território, a cartografia social atua como prática de continuidade histórica e de afirmação identitária.

Nesse sentido, a metáfora de Krenak do “*paraquedas colorido*” é elucidativa: ao manter vivas as subjetividades, as poéticas e os modos de existência que escapam à lógica da mercantilização, essas práticas contribuem para adiar o “*fim do mundo*” anunciado pela expansão ilimitada do capital.

A cartografia social, ao dar visibilidade a esses mundos, amplia as possibilidades de resistência frente à homogeneização territorial imposta pelo Estado e pelo mercado.

Por fim, o fortalecimento dessas práticas depende do reconhecimento jurídico e político das territorialidades tradicionais. Ao tornar visíveis modos de vida sistematicamente silenciados, os mapas sociais contribuem para a construção de territórios do *Bem Viver*, nos quais o território é reconhecido não apenas como espaço físico, mas como condição de dignidade, memória e ancestralidade. Assim, a cartografia social se consolida como ferramenta estratégica na disputa por justiça territorial e por futuros plurais na Amazônia e em outros contextos latino-americanos.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. (2013a). *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PNCSA.

_____. (2013b). *Nova cartografia social da Amazônia*. Manaus: PNCSA.

BISPO DOS SANTOS, A. (2015). *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI.

_____. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA.

KRENAK, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

LOUREIRO, C. F. B. (2019). *Educação Ambiental: questões de vida*. São Paulo: Cortez, 2ª ed.

MARIN, R. E. A. (2010). “Territorialidades e conflitos socioambientais na Amazônia”. *Ambiente & Sociedade*, 13(2): 1–15.

MUNDURUKU, D. (2018). *O Karaíba: Uma história do pré-Brasil*. São Paulo: Editora Melhoramentos.

SEREJO, H. M. (2018). “Cartografia social e conflitos territoriais”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 20(3): 45–62.

Sobre a autora

Lívia Victória Warol Carneiro é graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Seus principais interesses acadêmicos abrangem as Ciências Sociais, Ciências Humanas e Geopolítica. Participa ativamente

de grupos de estudos relacionados aos seus campos de interesse, principalmente envolvendo a Cartografia Social.